



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
CAMPUS CHAPECÓ
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

ANGELA VANY APARECIDA DA LUZ
CAMILA GREGIANIN TESSER

**A INCLUSÃO DE ALUNO COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO REGULAR:
BENEFÍCIOS OU DESVANTAGENS PARA COM SEUS COLEGAS DE TURMA.**

CHAPECÓ
2017

ANGELA VANY APARECIDA DA LUZ E CAMILA GREGIANIN TESSER

**A INCLUSÃO DE ALUNO COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO REGULAR:
BENEFÍCIOS OU DESVANTAGENS PARA COM SEUS COLEGAS DE TURMA.**

**Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado
como requisito para obtenção do grau de Licenciatura em
Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul.**

**Orientadora: Prof^ª Me Mara Cristina Fortuna da
Silva.**

**CHAPECÓ
2017**

Angela Vany Aparecida da Luz

Camila Gregianin Tesser

A Inclusão de aluno com deficiência no ensino regular:
Benefícios ou desvantagens para com seus colegas de turma.

Trabalho de conclusão de curso de graduação como requisito para obtenção
de grau de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira
Sul.

Orientadora: Prof^ª. Me Mara Cristina Fortuna da Silva

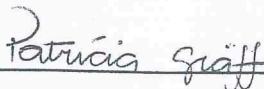
Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em:

30/06/2017

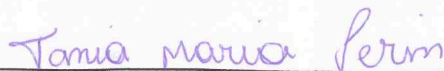
BANCA EXAMINADORA



Prof^ª. Me Mara Cristina Fortuna da Silva – UFFS



Prof^ª. Dr^ª Patrícia Graff – UFFS



Prof^ª. Tânia Maria Perin

RESUMO

O presente trabalho discute a inclusão do aluno com deficiência no ensino regular abordando quais são os benefícios ou desvantagens dessa inclusão e como isso acarreta no desenvolvimento da turma, em relação aos colegas. Este estudo surgiu a partir de experiências vivenciadas em estágios e debates realizados nos componentes curriculares do curso de Licenciatura em Pedagogia. O objetivo do presente trabalho é analisar pontos positivos e negativos que crianças sem deficiência terão ao compartilhar do mesmo espaço escolar com crianças com deficiência. A partir do interesse no assunto abordado buscamos estudos de cunho qualitativo em pesquisas bibliográficas referentes ao tema. Diante das análises realizadas ao longo do trabalho, encontramos indicações de algumas desvantagens aos alunos com deficiência diante da carência em inovar as práticas pedagógicas. No entanto, a inclusão no sentido de interação entre os sujeitos com e sem deficiência está sendo significativa para todos no sentido de desenvolvimento de sujeitos capazes de conviver em grupos, aceitando as diferenças, oportunizando a valorização do ser humano. Concluimos que as trocas entre as pessoas com e sem deficiência são proveitosas a partir do momento em que as mesmas podem crescer juntas, tornando-se sujeitos reflexivos, assumindo papéis diferentes, aprendendo a respeitar as diferenças, estreitando o espaço entre o diferente e o considerado “normal”.

Palavras-chave: Educação Especial; Interação; Benefícios/ Desvantagens.

RESUMEN

El presente trabajo discute la inclusión del alumno con discapacidad en la enseñanza regular abordando cuáles son los beneficios o desventajas de esa inclusión y cómo ello acarrea en el desarrollo de la clase, en relación a los colegas. Este estudio surgió a partir de experiencias vivenciadas en pasantías y debates realizados en los componentes curriculares del curso de Licenciatura en Pedagogía. El objetivo del presente trabajo es analizar puntos positivos y negativos que los niños sin discapacidad tendrán al compartir el mismo espacio escolar con niños con discapacidad. A partir del interés en el tema abordado buscamos estudios de cunho cualitativo en investigaciones bibliográficas referentes al tema. Ante los análisis realizados a lo largo del trabajo, encontramos indicaciones de algunas desventajas a los alumnos con discapacidad ante la carencia en innovar las prácticas pedagógicas. Sin embargo, la inclusión en el sentido de interacción entre los sujetos con y sin discapacidad está siendo significativa para todos en el sentido de desarrollo de sujetos capaces de convivir en grupos, aceptando las diferencias, oportunizando la valorización del ser humano. Concluimos que los intercambios entre las personas con y sin discapacidad son provechosos a partir del momento en que las mismas pueden crecer juntas, volviéndose sujetos reflexivos, asumiendo papeles diferentes, aprendiendo a respetar las diferencias, estrechando el espacio entre lo diferente y lo considerado "Normal".

Palabras-clave: Educación Especial; Interacción; Beneficios / Desventajas.

ABSTRACT

The present study discusses the inclusion of students with disabilities in regular education addressing what are the benefits or drawbacks to this inclusion and how this leads to the development of the class, in relation to colleagues. This study arose from experiences in stages and discussions in the curricular components of the course degree in Pedagogy. The objective of this study is to analyze positive and negative points that children without disabilities will have to share the same school space with children with disabilities. From the interest in the matter raised seek studies of qualitative research in bibliographical references concerning the topic. In the face of the analyzes performed during the study, we found indications of some disadvantages for students with disabilities in the face of the shortage in innovate pedagogical practices. However, the inclusion in the sense of interaction between subjects with and without disabilities is being significant for all to develop subject capable of living in groups, accepting the differences, allowing the exploitation of human beings. We conclude that the exchanges between people with and without disabilities are profitable from the moment in which they can grow together, becoming subject reflective, assuming different roles, learning to respect differences, narrowing the space between the different and considered "normal".

Keywords: Special Education; Interaction; Benefits / Disadvantages.

**Para incluir é preciso reconhecer.
Um dia escola será só escola.
Nem especial, integradora ou inclusiva. Sociedade?
Sociedade. E ponto.
Trabalho, apenas trabalho.
Estaremos dispensando adjetivos.
Por enquanto, não pulemos etapas.
Para incluir é preciso reconhecer. Ainda.
(WERNECK, 1999, p. 25).**

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	06
2	BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA....	07
3	POLÍTICAS E LEGISLAÇÕES NACIONAIS.....	10
3.1	AS PROPOSTAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA NO ESTADO DE SANTA CATARINA.....	11
4	INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO REGULAR.....	12
4.1	PESQUISAS SOBRE INCLUSÃO.....	16
5	CONCLUSÃO.....	16
6	REFERÊNCIAS.....	18

1 INTRODUÇÃO

A inclusão de crianças com deficiência em salas de aulas da rede regular de ensino pode ser considerada fundamental na formação de sujeitos capazes de conviver em grupos, respeitando e aprendendo a lidar com as diferenças.

Nessa perspectiva de inclusão, o presente trabalho aborda o tema de aluno com deficiência sendo incluído ao meio escolar. Além disso, iremos observar como se comportam os colegas, ditos “normais” em relação ao contato diário com alunos de inclusão. Além das experiências vivenciadas durante o período do estágio supervisionado em Gestão, dos anos iniciais e da educação infantil, nos quais atuamos, os debates acerca do assunto ocorreram nos componentes curriculares do curso de Licenciatura em Pedagogia: Educação Especial e Inclusão, Seminário Temático de Pedagogia Especial, Fundamentos da Educação Especial, Língua Brasileira de Sinais (libras) e Política educacional e legislação de ensino no Brasil.

O objetivo principal desta pesquisa de cunho qualitativo foi analisar pontos positivos e negativos que crianças sem deficiência terão ao compartilhar do mesmo espaço escolar com crianças com deficiência. Além do mais, buscou-se identificar, em referenciais bibliográficos, pesquisas relacionadas aos efeitos da inclusão de alunos com deficiência em turmas do ensino regular na perspectiva de seus colegas; conhecer as políticas e legislações educacionais inclusivas; verificar a importância da Declaração de Salamanca (1994) para as legislações voltadas para a educação das crianças com deficiências em escolas regulares.

O desenvolvimento deste estudo apoiou-se sob a luz da perspectiva da Teoria Histórico-Cultural. De acordo com seu idealizador Vygotsky (1984) a constituição do ser humano se dá através das suas relações estabelecidas no seu cotidiano com o meio natural e social ao qual está imerso. Assim, para este teórico o resultado no “[...] desenvolvimento pleno do ser humano depende do aprendizado que realiza num determinado grupo cultural, a partir da interação com outros indivíduos da sua espécie” (REGO, 1995, p. 71).

Assim Rego (1995, p.61) baseado em Vygotsky (1984) conclui que: “[...] o desenvolvimento do sujeito humano se dá a partir das constantes interações com o meio social em que vive, já que as formas psicológicas mais sofisticadas emergem da vida social” (REGO, 1995, p.61).

Nesse sentido, a convivência entre os alunos com deficiência e os sem deficiência, podem contribuir com uma sociedade constituída de sujeitos livres de preconceitos e segregações.

Para encontrarmos respostas aos objetivos propostos neste trabalho de conclusão de curso, realizamos um rastreamento no Banco de Teses e dissertações da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior) e IBICT (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia) a respeito de pesquisas relacionadas à temática em questão, utilizando os seguintes descritores: benefícios e desvantagens da inclusão, educação especial e interação. A partir deste rastreamento percebemos a carência de estudos relacionados ao tema, fazendo-se necessário pesquisas a campo que auxiliarão nas futuras pesquisas em temas relacionados a perspectiva dos alunos sem deficiência perante colegas com deficiência.

A organização deste estudo está compreendida em quatro partes: a primeira aborda um breve histórico da educação das pessoas com deficiência; a segunda concentra-se na apresentação e resultados da pesquisa; em seguida, apresentamos as considerações finais sobre os dados levantados.

2 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

O reconhecimento de crianças com deficiências como sujeitos de direito a educação escolar e ao conhecimento formal é um assunto muito discutido nos dias atuais por meio de políticas que visam romper as barreiras entre os considerados normais e os sujeitos com diferenças.

Até então, várias foram às concepções dos sujeitos com deficiência no decorrer de diferentes contextos históricos. Na Idade Média, por exemplo, de acordo com Silva (2014), deficiência era vista como um castigo para a família. Logo, que deveria cuidar dessas pessoas seria a igreja. Mais tarde, no século XIX, com a evolução de estudos na área da saúde, a pessoa com deficiência passa a ser vista como um doente que necessita de cuidados e tratamentos médicos. A partir daí, com a evolução de estudos e políticas direcionadas às pessoas com deficiências, foi ganhando espaço à ideia da educação inclusiva (SILVA, 2014 p. 3).

Inicialmente, o processo de educação inclusiva no Brasil deu-se de maneira fragmentada. No decorrer da trajetória histórica das deficiências, as políticas foram sendo estendidas a todos os tipos de deficiências. Iniciando segundo Silva (2014), com a fundação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos em 1854 na cidade Rio de Janeiro com o intuito de ensinar crianças cegas, denominado atualmente como Instituto Benjamin Constant e em 1857

criou o Instituto dos Surdos-Mudos, hoje conhecido, como o Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, situado também em Rio de Janeiro.

Segundo Kassar (1999), em 1926 é criada a primeira instituição privada especializada para tratar crianças com deficiência mental no Brasil, o denominado Instituto Pestalozzi. E ainda de acordo com Silva (2014), na década de 30 a Psicóloga e Educadora Francesa, Helena Hantipoff desenvolve no Instituto Pestalozzi em Minas Gerais uma base focada tanto na ciência quanto na ideia associada ao assistencialismo. Em 1954, é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBEN nº. 4.024, de 1961, aponta o direito dos “excepcionais” ao acesso à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino.

Com a formulação da Lei de Diretrizes e Bases de Educação nº. 5.692, de 1971, definiu-se o tratamento especial aos estudantes com deficiências, a qual abre brecha para estes estudantes não dividirem com as demais crianças o mesmo espaço escolar.

O Ministério da Educação – MEC, em 1973, amparado na ótica integracionista, cria o Centro Nacional de Educação Especial desvinculado do Estado para as pessoas com deficiência e superdotação com fim assistencialista. Na Política Nacional de Educação Especial, de 2007, a educação passa a ser um direito de todos com igualdade de condições de acesso e permanência na escola, sendo dever do Estado ofertar atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

Na década de 90, a Lei nº. 8.069, do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA e a Declaração Mundial de Educação para todos, obriga os pais e responsáveis a matricular seus filhos na rede regular de ensino, fazendo com que o contato dos diferentes alunos seja diário.

Um ponto importante para a reformulação de educação inclusiva foi a Declaração de Salamanca, a qual, segundo os participantes desta elaboração, entendem que a escola regular é um dos meios mais eficazes para combater atitudes discriminatórias (UNESCO, 1994).

A Declaração de Salamanca é um documento elaborado na Conferência Mundial sobre educação Especial, em Salamanca, na Espanha, em 1994, com o objetivo de oferecer diretrizes básicas para a formação e reforma de política e sistemas educacionais de acordo com o movimento de inclusão social. Esta é considerada um dos principais documentos mundiais que visam à inclusão social, sendo resultado de uma tendência mundial que consolidou a educação inclusiva, cuja origem tem sido atribuída aos movimentos de direitos

humanos e de desinstitucionalização manicomial que surgiram a partir das décadas de 60 e 70.

Proporcionou uma oportunidade única de colocação da Educação Especial dentro da estrutura de “Educação para todos” firmada em 1990. Ela promoveu uma plataforma que afirma o princípio e a discussão da prática de garantia de inclusão das crianças com necessidades educativas especiais. (UNESCO, 1994, p. 15).

Os princípios da Declaração de Salamanca definem que:

Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem; toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas; sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades; as pessoas com necessidades educacionais especiais devem ter acesso às escolas comuns e escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos (DECLARAÇÃO SALAMANCA, 1994. p. 1).

A Política Nacional de Educação Especial, de 1994, prevê o acesso às classes comuns do ensino regular aos alunos com deficiências que tem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares quanto os estudantes tidos como normais.

O Decreto nº. 3.298, de 1999, define a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a complementaridade da educação especial ao ensino regular. Enquanto a Resolução do Conselho Nacional de Educação/Câmara da Educação Básica (CNE/CEB), nº. 2, de 2001 em seu artigo 2º, determina que as escolas devem matricular todos os estudantes, cabendo à elas se organizarem para o atendimento. O Plano Nacional de Educação (PNE) 10.172/2001 destaca que o grande avanço da década na educação seria a construção de uma escola inclusiva que garanta atendimento à diversidade humana. A resolução CNE/CPC, nº 1, de 2002, prevê que as instituições de curso superior organizem em seus currículos a formação docente direcionada a atenção à diversidade que empreenda conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com deficiências, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (BRASIL, 2001).

A Lei nº. 10.436 de 2002, adere a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), como meio legal de comunicação e expressão, exigindo como parte integrante do currículo nos cursos de formação de professores e fonoaudiologia. A portaria 2.678/02, do MEC, aprova o uso, o ensino, a produção e a difusão do sistema Braille em todas as modalidades de ensino. Em

2004, o Ministério Público Federal publica um documento que dá acesso aos estudantes com deficiências às escolas e classes comuns da rede regular. O Decreto nº. 5.626/05, que regulamenta a Lei nº. 10.436/2002, inclui Libras como disciplina curricular. A formação e a certificação de professores de Libras, instrutor e tradutor/intérprete de Libras, estabelece a Língua Portuguesa como segunda opção no ensino para alunos surdos e pressupõe ainda, a organização da educação bilíngue no ensino regular (BRASIL, 2005).

Em 2007 houve o lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação, o qual prevê a formação de professores em educação especial. A Resolução 04/2009 institui as diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica determinando o público alvo da educação especial. Em 2012, com a Lei nº. 12.764, que entre outras atribuições, veda a recusa de matrícula a pessoas com deficiência e já a Lei nº. 13.005, de 2014, obriga o Estado, Distrito Federal e Municípios a garantir o atendimento às necessidades específicas na educação especial, assegurando a educação inclusiva em todos os níveis e modalidades.

3 POLÍTICAS E LEGISLAÇÕES NACIONAIS

A Constituição Brasileira de 1988 garante que crianças e adolescentes, sem exceção, tenham acesso ao ensino fundamental regular e deixa claro que as crianças com necessidades especiais devem receber atendimento especializado complementar dentro da escola. Essa inclusão ganhou força com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, que proíbe qualquer tipo de diferenciação, de exclusão ou de restrições baseadas nas deficiências das pessoas. Além disso, segundo a Legislação Penal, art. 8º da Lei nº. 7.853/89, que aponta como crime condutas que frustram, sem justa causa, a matrícula de aluno com deficiência (BRASIL, 1996).

Desde então o MEC tem trabalhado na perspectiva de que os Municípios e Estados Brasileiros incluam todas as crianças com deficiências em suas escolas e instituições, por meio de convênios e parcerias para garantir o atendimento para todos. Segundo a secretária de Educação Especial do MEC, Cláudia Pereira Dutra, (2007):

[...] o ministério contribui com ações de sensibilização da sociedade e da comunidade escolar, disponibiliza material de apoio e tecnologia educacional que contribua com a prática pedagógica e de gestão escolar, e também com a produção e disseminação de conhecimento sobre a educação inclusiva (REVISTA CRIANÇA, 2007, p. 24).

Dentre alguns programas ofertados pelo MEC podemos destacar o Programa Educação Inclusiva que tem como objetivo formar gestores e educadores para firmar a construção de sistemas educacionais inclusivos e garantir o direito de acesso e de permanência com qualidade dos alunos com necessidades educacionais nas escolas de ensino regular.

Além da formação de gestores e professores para que a inclusão ocorra, de forma consciente e eficaz, também é necessária a mobilização das famílias, não devendo ser responsabilidade apenas do professor, mas sim do coletivo escolar: professores, gestores, profissionais de apoio especializado e família (REVISTA CRIANÇA, 2007).

Em 9 de julho de 2008, o Senado Federal, por meio do Decreto Legislativo nº. 186, tornou a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo equivalente às emendas constitucionais da Constituição Brasileira. O art. 24 desta Convenção expressa a garantia de que as “[...] pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino fundamental inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem”. (BRASIL, 2010, p.5).

Em 2006, a Organização das Nações Unidas (ONU) aprova a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, conceituando a deficiência como o resultado da interação entre pessoas com deficiências e as barreiras, nas atitudes e nos ambientes, que impedem a sua plena participação na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas (BRASIL, 2010).

A LDBN nº. 9.394/96, no art. 58 aponta que a Educação Especial é uma modalidade destinada aos portadores de necessidades educacionais especiais e que deve ser ofertada, de preferência, na escola regular e, se necessário, os serviços especializados atuarão juntamente com a escola regular em que o aluno está matriculado. No art. 59 da LDBN, está prescrito que é de responsabilidade dos sistemas de ensino assegurar aos educandos com necessidades especiais a sua efetiva integração na vida e no meio social, inclusive criando condições de inserção no mercado de trabalho para aqueles que possuem condições de exercer uma profissão.

3.1 AS PROPOSTAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA NO ESTADO DE SANTA CATARINA

As propostas de educação Especial no Estado de Santa Catarina tiveram início no ano

de 1954, porém, os atendimentos oficialmente em classe especial de crianças com deficiências começam em 1957, no conhecido Grupo Escolar Barreiros Filho. No ano de 1963, por meio do decreto nº. 692, o governo do Estado determina o funcionamento de educação especial em parceria com a iniciativa privada. Ademais, com a evolução estadual da educação especial cria-se com a Lei nº.4.156 de 1968 a Fundação Catarinense de Educação Especial, com o objetivo de promover a capacitação de recursos humanos e realização de estudos e pesquisas voltadas a assistir e integrar as pessoas com deficiências (SANTA CATARINA, 2006).

Com a Lei Estadual nº4.394, de 1969, em seu art. 91, o Estado defende que:

[...] a educação de excepcionais deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade e, conforme as deficiências apresentadas poderão ser proporcionadas em classes anexas a estabelecimentos comuns ou em unidades independentes (SANTA CATARINA, p.14, 2006).

O Estado de Santa Catarina, em parceria com o Centro Nacional de Educação Especial, elaborou e executou, em 1977, o projeto piloto intitulado “Montagem de currículo para a educação especial: criação de classes especiais”, que foi aprovado pelo Conselho Estadual de Educação sob o Parecer nº. 139, de 1978. Em detrimento destas ações, em 1979, criou-se o Serviço de Supervisão de Educação Especial (SURESP) para difundir as atividades da educação especial às demais regiões do Estado.

O Estado de Santa Catarina, em 1987, oficializa o processo de inclusão de educandos com deficiência na rede regular de ensino, por meio da matrícula compulsória a todas as crianças em idade escolar. Anos mais tarde, em 1996, o Estado estabelece a resolução nº. 1 do Conselho Estadual de Educação (CEE), fixando normas para a Educação Especial de Ensino no Sistema de Ensino. Além disso, em 1998 são publicados os cadernos da Proposta Curricular que define a concepção de educação assumida pelo estado. No ano seguinte são criadas as Autodefensorias das pessoas com deficiência mental em nível Federal, Estadual e Regional. Em 2001, o Estado de Santa Catarina elabora um documento intitulado “Política de Educação Inclusiva com base a Carta de Pirenópolis” para a efetivação de uma política de educação inclusiva. Por fim, em 2006, Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado da Educação (SED) e da Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE), o estado institui a Política de Educação Especial do Estado, tendo como fundamentos a cidadania e a dignidade da pessoa humana conforme recomenda a Constituição Estadual de 1989. (SANTA CATARINA, 2006).

4 INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO REGULAR

Para que aconteça a inclusão é necessário olhar a educação de outro modo, segundo Mantoan (2007), que é coordenadora do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Diversidade da Universidade Estadual de Campinas. De acordo com a pesquisadora, a escola não está preparada para fazer essa inclusão escolar e que do modo que a escola está organizada hoje, dá-se a exclusão. Para a autora, “todas as estratégias e argumentos pelos quais a escola tradicional resiste à inclusão reflete na sua incapacidade de agir diante a diversidade e complexidade do que é real nos seres e nos grupos”. (REVISTA CRIANÇA, 2007, p.23).

A garantia de acesso e permanência com sucesso nas escolas comuns regulares significa um nível necessário de cidadania para pessoas com deficiência. Essa cidadania dá-se através da inclusão nos ambientes comuns de aprendizagem, oferecendo todas as condições de acessibilidade. A inclusão é extremamente favorável para a eliminação de posturas excludentes, pois a partir da convivência com a diversidade, as crianças aprendem, desde cedo, a não discriminar. Estudos realizados pelo MEC comprovam o desenvolvimento de práticas colaborativas e valores como o respeito à diferença e a solidariedade.

Como publicado em um artigo de Duarte e Manzoli (2009), para que a inclusão ocorra de forma eficaz é necessário que haja mudanças no ambiente escolar, dando aos alunos inclusos oportunidades educacionais, formais e sociais iguais às dadas aos alunos regulares. Logo, a inclusão escolar tem como objetivo dar aos alunos com deficiência, possibilidades de conviver em ambiente escolar e de interagir com os demais alunos.

Os autores apontam ainda que a educação inclusiva é parte da construção de uma sociedade inclusiva num todo. A escola deve ser uma instituição socialmente responsável pela democracia e pelo acesso ao conhecimento. Esta tem o papel de fazer com que os alunos com deficiência sejam capazes de enfrentar desafios escolares e a serem respeitados dentro do contexto escolar. Destacam também que o maior desafio da escola hoje é modificar-se e aprender a conviver com os mais diversos níveis de dificuldades de aprendizagem escolar dos seus alunos (DUARTE e MANZOLI, 2009).

Visto que as escolas são instituições abertas a todos os cidadãos e a educação é um direito de todos, entendemos que, independente das deficiências de algumas pessoas, a escola deve respeitar a individualidade de cada um e esse espaço deverá estar preparado para receber todos os alunos.

A inclusão de fato é muito mais que receber o aluno no ambiente escolar, é também contribuir na aprendizagem e oferecer condições para que isso aconteça, além de respeitar o aluno em sua posição de sujeito ímpar e proporcionar a esse indivíduo interações com a comunidade escolar e proporcionar ao aluno a inclusão real, que é mais do que a inserção do aluno com deficiências somente, mas que se possa proporcionar aos demais alunos da sala de aula e/ ou da escola a oportunidade de aprenderem a interagirem com esses alunos com deficiência.

Segundo Mittler (2003):

A rua de acesso à inclusão não tem um fim porque ela é, em sua essência, mais um processo do que um destino. A inclusão representa, de fato, uma mudança na mente e nos valores para as escolas e para a sociedade como um todo, porque, subjacente à sua filosofia, está aquele aluno ao qual se oferece o que é necessário, e assim, celebra-se a diversidade (MITTLER, 2003, p.36).

O autor define que a inclusão escolar vai muito além de oferecer oportunidades escolares aos alunos com deficiências, mas que o foco é o convívio com os demais, sendo um processo de mudança de pensamento, da quebra da visão de que pessoas devam ser excluídas da sociedade por serem incapazes ou por pelo simples fato de não serem consideradas normais, visão essa que nos foi inserida ao longo de um processo histórico.

Para Voivodic (2004), a inclusão não está associada apenas às escolas, sendo ela um processo social que envolve a educação inclusiva e estando associado ao respeito e aos direitos humanos.

A educação inclusiva é um movimento mundial fundamentado nos princípios da cidadania e dos direitos humanos, e tem como objetivo acabar com a exclusão e com a discriminação, de modo que garanta o direito à igualdade de oportunidades.

Conforme apontado por Salerno (2009),

[...] ainda que os conceitos estejam bem formulados, englobando a pessoa com deficiência e outros que se encontram à margem da sociedade como uma forma de oferecer acesso às possibilidades, a inclusão ainda não se concretizou em forma de atitude, bem como as leis e propostas discutidas que sustentam a inclusão da pessoa com deficiência no ensino regular que não são cumpridas. (SALERNO, 2009, p.21).

Ainda que o meio se adapte às pessoas com deficiência, o desconforto gerado pela chegada não preparada minimamente desses alunos pode afetar o relacionamento, tornando-o infantilizado, super protetor ou constrangedor. Assim, há a necessidade e o cuidado mínimo

quando se pensa em preparar um ambiente para receber uma pessoa com deficiência de modo que a mesma, ao chegar, perceba a acessibilidade e acolhimento (ARAÚJO, 2008).

Desse modo, podemos afirmar que quando a inclusão não é realizada com cuidado no amparo do aluno com deficiência em sala de aula pode gerar barreiras na interação com os demais colegas de sala, gerando desconforto e/ou constrangimento para ambos em sala.

4.1 PESQUISAS SOBRE A INCLUSÃO

Neste campo, com base nos estudos realizados em documentos convergentes à temática norteadora desta pesquisa, apresentamos alguns dados levantados durante essa busca e reflexões que se aproximam do objetivo ao qual nos propusemos identificar com este trabalho.

Com base nesses conceitos, surge a percepção que as discussões sobre a inclusão da pessoa com deficiência foram interessantes para ampliar o olhar para aqueles que não possuem uma condição de deficiência e estão à margem das oportunidades reais.

A inclusão da criança deficiente no ensino regular de fato ganhou espaço e constantemente vem se fortalecendo com as políticas voltadas a educação especial. Nos documentos encontramos todos os direitos funcionando de forma adequada porém, como vimos ao longo da pesquisa, na prática esse direito, algumas vezes, é ofuscado por aspectos diversos. Apesar desta disparidade entre o teórico e a prática, a inserção do aluno deficiente na sala de aula regular vem ao encontro do desenvolvimento de toda a comunidade escolar. De acordo com Salerno (2009), “a inclusão [...] que inicialmente foi julgada como uma forma de atrasar os alunos sem deficiência pode ser percebida como uma forma de ampliação do olhar daqueles que compõe a escola para como seus alunos”. (SALERNO, 2009, p. 59).

O autor aponta ainda que,

A troca com outros alunos também é um fator de análise, haja vista que laços de amizades são formados durante os anos escolares. Essa vivência social, além dos conteúdos pragmáticos, deve ser considerada como um elemento na formação do sujeito que compõe uma sociedade. (SALERNO, 2009, p. 29).

Por meio da citação acima, fica evidente que a inclusão do aluno com deficiência em sala de aula provoca interação enriquecedora entre alunos com deficiência e sem deficiência, visto que a partir do momento que a criança com deficiência tem interação com a criança sem deficiência, essa se sente acolhida e aceita no novo espaço. Todavia, esse ganho se estende

também aos alunos sem deficiência, já que quando são oportunizados a dividirem o espaço escolar com alunos com deficiência nasce desse contato amizades que proporcionam um novo olhar ao diferente, quebrando preconceitos enraizados e formando sujeitos capazes de viver em sociedade sabendo respeitar as diferenças.

Salerno (2009) traz pesquisas realizadas por 15 acadêmicos de Educação Física que cursavam a disciplina de estágio supervisionado em uma turma de educação física e um dos itens do desenvolvimento da pesquisa foi com relação às ações dos alunos sem deficiência perante os colegas com deficiência sobre: interações positivas e negativas. Partindo desta pesquisa, pode-se pensar que a inclusão do aluno com deficiência não se resume a sua participação nas aulas de educação física, sendo que, os alunos em questão também participam de aulas de outras disciplinas, além de integrarem outros sistemas que os influenciam tanto quanto a escola e nos quais eles podem ser excluídos. Porém, o autor sinaliza que na escola e nas aulas de educação física é um momento de colaboração à concretização da inclusão, no qual não apenas os alunos com deficiência serão beneficiados com as trocas, mas também os demais envolvidos como professores, coordenadores, diretores, merendeiros, secretários, entre outros (SALERNO, 2009, p. 93).

Nesta direção, a interação entre todos os alunos se torna essencial para o desenvolvimento global das crianças, e a escola é um espaço que proporciona, de certa forma, muitas vantagens, tanto para os alunos com deficiência como os demais alunos, podendo vir a refletir ações positivas em meio a sociedade.

5 CONCLUSÃO

Tendo em vista os aspectos levantados no decorrer deste percurso observa-se que a inclusão da pessoa deficiente é uma conquista de espaço que vem ocorrendo gradualmente, porém não no mesmo ritmo das inúmeras propostas já lançadas para fortalecer, ampliar e assegurar que realmente este direito seja usufruído plenamente por esse público, pois, uma vez que a inclusão está subordinada a diversos elementos para consolidar a sua prática e muitas vezes estes encontram dificuldades no desenvolvimento deste processo, dentre outras, a financeira, a falta de qualificação profissional e a resistência de conviver com o diferente herdado historicamente. Sendo este um dos obstáculos para que de fato a efetivação da inclusão ocorra, segundo Silva, Araújo e Duarte (2004, p. 1), “não acontecerá antes de uma mudança real de atitudes frente aos preconceitos e que isto não se dará através de decretos, portarias ou outras formas de imposição”.

Quando o assunto envolve uma pessoa com deficiência, ainda gera constrangimento devido ao pouco contato que tivemos durante as atividades diárias da vida, ou seja, poucos foram os adultos de hoje que tiveram contato com pessoas com deficiência nas escolas e nas atividades paralelas. Isso pode levar as mais diversas atitudes, desde o ataque, fuga e abandono até a negação ou super proteção, como destaca Amaral (1994). Diante disso, fica claro que existem propostas, leis e conceitos que envolvem a pessoa com deficiência na sociedade como um todo, porém essa inclusão não está sendo realizada em forma de atitude, assim como as propostas que asseguram a inclusão no ensino regular não são cumpridas, pois como vimos ao longo da pesquisa, grande parte do que está proposto em documentos e leis, no estado de Santa Catarina, não é colocado em prática, fazendo com que haja um vazio entre teoria imaginária proposta pelos documentos e aquilo que realmente é colocado em prática em salas de aula.

Para Bronfenbrenner (2002), a interação é caracterizada como uma forma de desenvolvimento dos envolvidos na relação, possibilitando melhor conhecer o outro, trocar informações e agregar conhecimentos humanos. Essa relação ao desenvolvimento para ambas as partes pode ser pensada tanto em termos cognitivos como nas relações humanas.

Partindo dos pontos discutidos ao longo do trabalho, concluímos que as trocas entre as pessoas com e sem deficiência são proveitosas a partir do momento em que as mesmas podem crescer juntas, sendo sujeitos reflexivos, que assumem papéis diferentes, aprendendo a respeitar as diferenças, estreitando o espaço entre o diferente e o “normal”. Esses elementos interligados podem proporcionar o início da concretização da inclusão da pessoa com deficiência, fato que não ocorrerá de forma imediata, porém, o conhecimento que haverá entre as pessoas contribuirá para a diminuição dos preconceitos.

Percebeu-se diante da pesquisa que há necessidade de estudos sobre os benefícios ou não da inclusão dos alunos com deficiência. Para conhecer esses resultados, seria necessário que houvesse mais pesquisas sobre o assunto, visto que há ausência de pesquisas relacionadas a essa temática, e que um fator contribuinte no processo de inclusão seriam pesquisas relatando os benefícios não só para os alunos com deficiência, mas também para os demais alunos da turma.

Entendemos que, na inclusão de alunos com deficiência na rede regular de ensino direcionada ao processo de escolarização, vemos indicações de algumas desvantagens aos alunos com deficiência, quando o conhecimento não está atingindo a todos, pois as pesquisas demonstram que não há práticas pedagógicas inovadoras para que isso aconteça. No entanto,

a inclusão no sentido de interação entre os sujeitos com e sem deficiência, vem sendo construída significativamente para todos, no sentido de desenvolvimento de sujeitos capazes de conviver em grupos, aceitando as diferenças, oportunizando a valorização do ser humano e crescendo longe de preconceitos.

REFERÊNCIAS

AMARAL, L. A. *Pensar a diferença/deficiência*. Brasília: Corde, 1994.

ARAÚJO, P. F de. O desporto adaptado no Brasil: onde tudo começou. In: VERARDI, P. H. et al. *Desafiando as diferenças*. São Paulo: Sesc, 2003. p.82-93.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. *Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília, DF: MEC/SEADI, 2014. 15 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/17009-educacao-especial> <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 12 de dez. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei nº. 9.394/96. Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. *Revista Criança: inclusão de crianças com deficiência na educação infantil*. Brasília, n. 44, p. 44, nov. 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/revista44.pdf>>. Acesso em: 19 de jun. 2017.

BRONFENBRENNER, U. *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre: Artes médicas, 2002.

DUARTE, M.; MANZOLI, L. P. A inclusão do aluno com síndrome de down: um estudo sobre a situação escolar no Ensino Fundamental e Médio da cidade de Araraquara – SP. *Revista-Americana de Estudos em Educação*, São Paulo, v.4, n. 3, 2009. Disponível em:<<http://seer.fclar.unesp.br/iberoamericana/issue/view/390>>. Acesso em: 06 de jul. 2017.

KASSAR, M. C. M. *Deficiência múltipla e educação no Brasil: discurso e silêncio na História de sujeitos*. Campinas, SP: Autores associados, 1999.

Mantoan, M.T.E. *Compreendendo a Deficiência Mental: novos caminhos educacionais*. São Paulo, Scipione, 1988.

MANTOAN T. E. A hora da virada. *Revista Inclusão: revista educação especial*. Brasília, n.1, p. 24-28, out. 2005. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao1.pdf>>. Acesso em: 12 de dez. 2016.

MENEZES, E.T.; SANTOS, T.. *Verbete Declaração de Salamanca. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil*. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/declaracao-de-salamanca/>>. Acesso em: 23 de nov. 2016.

MITTLER, Peter. *Educação inclusiva: contextos sociais*. Porto Alegre: Artmed, 2003.

REGO, T. C.. *Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação* – Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

SALERNO, M. B. *Tem amigo novo na escola*. 2003. (Trabalho de Conclusão de Curso - Graduação em Educação Física). UNICAMP. Campinas.

SALERNO, M. B.; ARAÚJO, P. F. de. Educação física escolar como espaço inclusivo. *Movimento e Percepção*, Espírito Santo de Pinhal, 2004. Disponível em: <<https://www.google.com.br/#q=SALERNO,+M.+B.;+ARA%C3%A7O,+P.+F.+de.+Educa%C3%A7%C3%A3o+f%C3%ADsica+escolar+como+espa%C3%A7o+inclusivo.+Movimento+e+Percep%C3%A7%C3%A3o,+Esp%C3%ADrito+Santo+de+Pinhal,+2004>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

SALERNO, M. B. *Interação entre alunos com e sem deficiência na educação física escolar: Validação de instrumentos*. 2009. 112 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Estadual de Campinas, Curso de pós-graduação em Educação Física, Campinas.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. *Política de Educação Espacial de Santa Catarina*. São José: FCEE, p. 52, 2006.

SILVA, M. C. F.. Inclusão escolar de um aluno com síndrome de kabuki: a visão de colegas da turma regular de um colégio estadual de Clevelândia/PR. In: *V ciclo de palestras e I semana paraense sobre acessibilidade*, 2014, Guarapuava. V Semana de Pedagogia, 2014. v. 5. p. 001-175.

WERNECK, C. *Sociedade inclusiva: quem cabe em seu todos?* Rio de Janeiro: Wva, 1999.

VOIVODIC, M. A. *Inclusão escolar de crianças com síndrome de Down*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.